

APRESENTAÇÃO

Este volume é o resultado de um seminário que decorreu em Lisboa em Setembro de 2011 no Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores. A ideia de organizar este seminário surgiu do interesse em aprofundar um tema pouco estudado para o caso português: a venalidade dos ofícios no império luso na época moderna. No entanto, como se poderá observar, o resultado final ampliou-se para problemáticas mais gerais sobre a administração das monarquias ibéricas. Dentro deste multifacetado e complexo universo dos ofícios foi dado destaque às questões relacionadas com provimento dos cargos civis e militares (incluindo a venalidade como forma de acesso) e com o controlo sobre a actuação dos funcionários “públicos”; finalmente, procurou-se avaliar quanto este era eficaz para garantir o bom governo e evitar os desvios de conduta, o que hoje chamaríamos de corrupção.

A sequência das partes que compõem este livro foi pensada com o objectivo de proporcionar ao leitor informações para uma melhor compreensão dos textos subsequentes. Os estudos sobre a compra-venda de ofícios, por exemplo, ponto de partida da elaboração deste seminário, podem ser melhor compreendidos mediante um prévio contacto com as pesquisas sobre os mecanismos de provimento. Para além deste critério, entendemos que as realidades ultramarinas ganham maior inteligibilidade se investigarmos anteriormente os ditames e mecanismos administrativos de suas respectivas metrópoles. Por fim, cada uma das partes foi estruturada segundo critérios cronológicos.

Iniciamos a primeira com o estudo de Mafalda Soares da Cunha que parte da relevante dimensão dos territórios portugueses sob a jurisdição senhorial no Seiscentos. A autora nos dá a conhecer o grau de interferência do poder régio nestas terras e da autonomia dos donatários na eleição dos oficiais que serviam localmente. Nuno Gonçalo Monteiro, abordando o século seguinte, dirige seu foco para a escolha daqueles que serviriam à monarquia lusa nos postos de maior relevo, salientando a indiscutível rele-

vância da condição fidalga. São os critérios de provimento que importam também a Fernando Dores Costa na sua abordagem sobre a nomeação dos postos militares na segunda metade do século XVIII. Ao investigar a relevância do mérito e/ou sangue na nomeação dos homens de armas acaba por tocar em um assunto que José Subtil prioriza em seu texto. Este analisa como o “Estado de polícia” passou a interferir no perfil do oficialato e em tantas outras questões relativas ao aparato administrativo no Reino português a partir do reinado de D. José.

Na segunda parte, Susana Münch Miranda dedica-se ao estudo dos ofícios fazendários em Goa e observa com maestria como os critérios de escolha/eleição dos servidores dependiam, no século XVI, da localidade onde eram providos e do regime de concessão dos ofícios (serventia ou propriedade). José Damião Rodrigues procura relacionar de uma forma original grande parte dos temas abordados neste volume através de estudos de caso, esclarecedores da estrutura fazendária nos Açores até 1750. Guillermo Burgos Lejonagoitia, por sua vez, retoma para a monarquia espanhola um tópico já referido neste livro por alguns autores portugueses – o impacto das reformas político-administrativas de Setecentos no regime de recrutamento dos funcionários, seja na Península ou na América.

Os autores da terceira parte fazem uso de diferentes metodologias para explorar o controlo exercido sobre o oficialato e as expectativas depositadas no exercício do mando. Inés Gómez González explora com detalhe as fontes produzidas em quatro visitas particulares, realizadas extraordinariamente no século XVII, para averiguar o comportamento dos magistrados da Audiência de Sevilha e da Chancelaria de Granada. Nuno Camarinhas, por sua vez, tem como objecto de análise as residências efectuadas em Portugal no século XVIII, utilizadas para avaliar a actuação dos juízes. Temporal e espacialmente distantes, estes dois estudos têm uma problemática comum que é dimensionar a eficácia dos instrumentos régios das monarquias na observância de seus interesses. O que está intrinsecamente ligado à análise do espaço que os agentes das Coroa encontravam para agir com autonomia.

As duas últimas partes do livro tratam do tema da venalidade de ofícios em sua dimensão teórica e prática, respectivamente. Francisco Andújar Castillo apresenta as dificuldades metodológicas em trabalhar com este objecto de estudo, sugerindo, no entanto, a partir de casos concretos, várias possibilidades de superá-las. O panorama historiográfico é fornecido por María del Mar Felices de La Fuente, quem reflecte sobre os ofícios vendidos e beneficiados, esta última categoria aparentemente inexistente no caso português. Por fim, María López Díaz faz um importante e curioso exercício, a partir de fontes normativas e doutrinárias, ao analisar o processo de reincorporação pela Coroa castelhana dos ofícios patrimonializados que se iniciou com Carlos II. Trata-se de pensar a venalidade de cargos não apenas como um movimento de uma única direção, já que se a Coroa vendia ofícios também os comprava.

Os últimos textos abordam empiricamente a venda de ofícios e patentes militares. Antonio Jiménez Estrella pisa em solo português para analisar como assentistas e recrutadores de soldados e oficiais, de origem lusa, serviram a monarquia dos Áustria, para obter em troca mercês, entre as quais patentes militares. Nandini Chaturvedula e Roberta Stumpf investigam formas distintas de venalidade no Império português – a venalidade entre particulares em Goa e a protagonizada ou consentida pela Coroa no Reino e na América respectivamente. São textos que se propõem a repensar a amplitude da prática venal em Portugal e seus territórios ultramarinos, a qual tem sido, com muita frequência, considerada insignificante, principalmente face à intensidade que teria ganhado na monarquia vizinha.

O fato de propormos questões afins para a análise das administrações das monarquias ibéricas, cujas culturas políticas eram de similar matriz, contribui para pensá-las sob uma perspectiva comparativa. Porém, ainda que o volume como um todo forneça a possibilidade de estabelecer comparações, inclusive entre os territórios de um mesmo império, não foi solicitado a nenhum autor que trabalhasse com esta metodologia.

No mais, resta dizer que não pretendíamos com este volume esgotar a análise do tema dos cargos e ofícios nas monarquias castelhana e portuguesa nos séculos em apreço. Nosso intuito, para além daquele que nos motivou a organizar o seminário, foi dar a conhecer ao leitor a importância deste objecto de estudo, ainda pouco explorado e por isso um terreno fértil para futuras investigações.

Não poderíamos deixar de agradecer as entidades que apoiaram a realização do seminário e esta publicação: o Centro de História de Além-Mar (CHAM), da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Embaixada da Espanha em Lisboa. Ao *staff* do CHAM, Inês Pinto Coelho, Paula Monteiro e Carla Veloso pelo apoio logístico mais do que acolhedor. A John Harvey por nos ajudar a resolver pequenos detalhes. E, finalmente, a Pedro Cardim pelo incentivo de sempre.